

Represa Billings ganhará usina de energia solar

Veja São Paulo

Clayton Freitas

Quase 100 anos após ser criada para gerar energia elétrica para abastecer as principais indústrias de São Paulo, a represa Billings novamente será usada como fonte energética. Até o fim deste ano ela receberá um megaprojeto que prevê a instalação de 9 000 placas fotovoltaicas, espalhadas numa área de 44 000 metros quadrados, o equivalente a quatro campos e meio de futebol, formando assim uma inédita usina fotovoltaica flutuante. As placas ficarão em cima de boias entre 80 centímetros e 1,20 metro em relação à lâmina da água. E isso é o que vem gerando diversas críticas de ambientalistas. Eles dizem ser favoráveis à produção de energia solar, porém, a instalação das placas criará uma espécie de estufa e a tendência é que a temperatura da água se eleve, o que poderá piorar a qualidade das águas. A Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), responsável pela empreitada junto a um parceiro privado, a KWP Energia S/A, nega que isso venha a ocorrer. “Não vi estudo algum de impacto ambiental e não houve discussão alguma”, afirma a bióloga Marta Angela Marcondes, coordenadora do Projeto IPH (Índice de Poluentes Hídricos) da USCS (Universidade de São Caetano do Sul). “A instalação das placas vai gerar uma estufa e aumentar a temperatura da água. E ali é um corredor de vento. As placas vão simplesmente voar”, diz Marta, estudiosa da represa há vinte anos. Ela explica que o aumento da temperatura poderá provocar um desequilíbrio grande para os microrganismos e inclusive gerar novos, mais nocivos.

A licença de instalação dos equipamentos foi dada pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) em agosto. Ela prevê que os dois preponentes do projeto devem fazer uma compensação ambiental de 6 000 metros quadrados de vegetação, o que também é alvo de críticas. A agência defende que o uso de espelhos de água para a instalação de parques solares flutuantes é mais vantajoso do que as usinas terrestres, “que necessitam de grandes áreas, muitas vezes cobertas por vegetação nativa, que precisa ser suprimida”, diz em nota.

O advogado Virgílio Alcides Farias, coordenador do Subcomitê da Billings-Tamanduateí, diz que o projeto da usina fotovoltaica flutuante deveria ter sido encaminhado para análise prévia do órgão, o que ele diz não ter sido feito. Outro ponto não esclarecido é que a SPTrans tem um projeto de criar um transporte hidroviário partindo da mesma região onde as boias com as placas serão instaladas, próximo à Usina Elevatória Pedreira, e que os dois projetos “não se conversam”. A Emae informou que antes de ser analisado pela Cetesb, o projeto ficou quinze dias aberto para manifestações públicas, prazo em que o subcomitê poderia ter se manifestado. Assessor executivo da presidência da Emae, Genésio Betiol descarta que haverá conflito nos traçados da usina fotovoltaica e do Aquático SP, como é chamado o transporte hidroviário. Em nota, a SPTrans informou que, apesar de ser em Pedreira, o trecho é outro, entre o Cantinho do Céu e Mar Paulista, e que não haverá interferência. Genésio disse que a análise da Cetesb teve início em outubro de 2021 e foi muito rigorosa. Ele descarta danos ambientais ou mesmo que as placas venham a ser danificadas pelo forte vento, já que esse fator foi considerado no projeto. O investimento previsto para as 9 000 placas é de 25 milhões de reais, a serem bancados pelo parceiro privado. Os 44 000 metros quadrados da futura usina — prevista para ser aberta até o fim do ano — é apenas uma gota no oceano de placas que a Billings poderá receber, de 1,3 milhão de metros quadrados, algo como 86% da área total do Parque Ibirapuera. A instalação depende de análises dos projetos protocolados na Cetesb. Embora pareça muito, Genésio diz que a quantidade representa só 1% do total da área da Billings.

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/represa-billings-ganhara-usina-de-energia-solar>

Veículo: Online -> Site -> Site Veja São Paulo

Seção: Cidades